

DAVID HUME E O CONHECIMENTO

Leandro Laube*
leandro@laube.pro.br

HUME, David. **Investigação Acerca do Entendimento Humano**. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p 35-59 (Coleção “Os Pensadores”).

PALAVRAS-CHAVE: Hume, conhecimento, experiência, percepções, impressões

David Hume (1711 a 1776) nasceu em Edimburgo, na Escócia, e tornou-se um dos nomes mais importantes do século XVIII, dividindo com o inglês John Locke (1632 a 1704) a defesa da experiência como única fonte possível à elaboração racional. Ambos, empiristas que foram, postulavam que toda ideia é sempre posterior à experiência sensível. Ou seja, o conhecimento parte das sensações e vai gradativamente gerando as ideias e até controlando a razão.

Nesta breve introdução ao empirismo de David Hume, serão abordadas as seções II a IV do “Investigação Acerca do Entendimento Humano”, de 1748, a partir da tradução para a coleção “Os Pensadores”.

Para Hume, as ideias têm origem na experiência vivida, de tal forma que estas não passam de cópias das percepções dos sentidos (aquilo que podemos entender como real). Assim, é a experiência que fornece os componentes necessários à elaboração do pensamento e das percepções do espírito¹. Uma vez que os sentidos perceberam uma determinada nova experiência, esta passa a fazer parte do acervo de informações geradoras das ideias. Para Hume, então, não existem ideias que não tenham partido da experiência dos sentidos. Há, pois, que se destacar a diferença existente entre a "percepção do espírito" e a "percepção dos sentidos"², já que a percepção do espírito não passa de uma cópia da percepção dos sentidos e, por melhor e mais rica em detalhes que possa se apresentar, jamais fará frente em "vigor e vivacidade" àquilo que os sentidos apresentam. Em outras palavras, as imagens e ideias que temos em nossa mente não passam de cópias daquilo que as sensações captaram.

* Graduado licenciado em Filosofia, especialista em História do Brasil.

1 De certa forma, podemos entender a percepção do espírito, como aquilo que nossa mente percebe, uma vez que, no contexto de Hume, “espírito” refere-se àquilo que hoje entendemos como mente.

2 Enquanto a “percepção do espírito” indica a percepção mental, a “percepção dos sentidos” refere-se à percepção física das coisas ao nosso redor.

O máximo que podemos dizer delas [das percepções do espírito], mesmo quando atuam com seu maior vigor, é que representam seu objeto de um modo tão vivo que quase [grifo nosso] podemos dizer que o vemos ou que o sentimos. Mas, a menos que o espírito esteja perturbado por doença ou loucura, nunca chegam a tal grau de vivacidade que não seja possível discernir as percepções dos objetos. (...) O pensamento mais vivo é sempre inferior à sensação mais embaçada.³

Como são cópias, as percepções do espírito apresentam-se sempre com uma nitidez inferior, por melhor e mais convincentes que possam parecer. Por isto são distintas das percepções dos sentidos.

Contudo, ao percebermos um objeto pelos sentidos, imediatamente este ingressa em nosso espírito. Hume separa, então, as percepções "em duas classes ou espécies": As menos fortes e menos vivas, a que ele deu o nome de "pensamentos ou ideias" e as mais vivas, por ele definidas como "impressões". A diferença entre elas está em que as mais fortes representam diretamente as sensações, enquanto as menos fortes são nossa reflexão sobre as percepções. Ou seja, temos uma percepção mais forte ao observarmos um objeto do que quando nos recordamos dele.

Defensor do empirismo puro, Hume prega que por mais livres que nossos pensamentos possam parecer, estarão sempre presos àquilo que já nos foi dado pelos sentidos, jamais sendo possível criar-se algo absolutamente isento da experiência (só conseguimos pensar sobre aquilo que nossas sensações nos deram). Ele cita como exemplos, o cego sem a noção das cores e o surdo sem a dos sons⁴. Contudo, ele mesmo explica que, a partir do momento em que se é permitido determinadas sensações irrestritas (o cego ver e o surdo ouvir), a assimilação será imediata, passando a fazer parte do conhecimento adquirido. Quer dizer: No momento em que o cego enxergar uma cor, ela imediatamente será registrada em sua mente. No momento em que o surdo ouvir um som, este será prontamente assimilado.

Como se pode observar, o pensamento e a imaginação originam-se através dos sentidos e, portanto, jamais estarão livres da experiência. Toda ideia está, obrigatoriamente, atrelada à outra, em uma sequência lógica que muitas vezes pode até ser pouco evidente, mas nem por isto menos presente; o que significa que as conexões causais⁵ também estão atreladas à experiência.

Segundo Hume, os princípios que regem as associação de ideias dividem-se em três: A **semelhança**, faz com que ao observarmos um objeto, que nos represente outro,

3 HUME, David. **Investigação Acerca do Entendimento Humano**. Trad. Anuar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p 35.

4 Um cego de nascença não consegue imaginar as cores, porque nunca as viu. Um surdo de nascença não consegue imaginar os sons, porque jamais ouviu coisa alguma.

5 Conexões causais são as conexões de causa e efeito.

imediatamente nos reportemos a este (ele mesmo cita o caso do quadro, que nos remete à imagem original, como uma paisagem, por exemplo). A **contiguidade** gera a comparação entre objetos idênticos (como os apartamentos de um edifício). Por sua vez, a **causa e efeito** leva-nos a relacionar os antecedentes e sucedentes de um determinado objeto (como o ferimento que nos faz pensar nas circunstâncias do acidente e a dor causada).

Hume coloca que "todos os objetos da razão ou da investigação humana podem dividir-se naturalmente em dois gêneros". Seriam eles: As **relações de ideias**, que englobam as proposições que não dependem de nada, em nenhum lugar. São objetos do pensamento, exclusivamente. Hume classifica aqui a álgebra, geometria e aritmética, por serem ciências cujas relações acontecem unicamente entre os objetos que são a própria ciência, sem existirem de fato na natureza (números, formas geométricas e fórmulas matemáticas, por exemplo, são abstrações e não existem concretamente).

O outro gênero refere-se às **relações de fatos**, que estabelecem o que é em função de outro que também é. Ou seja, a explicação de um fenômeno será outro fenômeno. Um fato está encadeado a outro que, por sua vez, prende-se a um terceiro e assim por diante, infinitamente. É importante marcar que um contrário não implica necessariamente uma contradição, como Hume demonstra ao mencionar:

Que o sol não nascerá amanhã é tão inteligível e não implica mais contradição do que a afirmação que ele nascerá. Podemos em vão, todavia, tentar demonstrar sua falsidade. Se ela fosse demonstrativamente falsa, implicaria uma contradição e o espírito nunca poderia concebê-la distintamente.⁶

Hume comenta que todos os fatos estão fundados nesse princípio, pois "apenas por meio desta relação ultrapassamos os dados de nossa memória e de nossos sentidos". Contudo, não há como se afirmar que um fato é causa ou efeito de outro apenas por anteceder-lo ou suceder-lo, pois tal afirmação poderia encerrar uma dose de arbitrariedade. Apenas deveríamos limitar-nos a estabelecer uma relação de sequencialidade em vez de uma relação de causalidade, o que seria mais adequado, pois o intelecto humano não alcança a dimensão das verdadeiras causas e efeitos. Para ele, o "poder oculto" gerador dessas relações não pode ser conhecido mesmo pela maior das experiências adquiridas por qualquer homem. Desta forma, a razão torna-se praticamente inútil e, nesse ponto, as relações passam a ser estabelecidas pelo hábito ou costume; e não pelas operações intelectuais.

6 HUME, David. **Investigação Acerca do Entendimento Humano**. Trad. Anuar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p 48 .